

**Processo n.:** @PCP 19/00178211

**Assunto:** Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2018

**Responsáveis:** Ramon Wollinger

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Biguaçu

**Unidade Técnica:** DGO

**Parecer Prévio n.:** 69/2019

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os:

**1.** EMITE PARECER recomendando à egrégia Câmara Municipal de Biguaçu a **APROVAÇÃO** das contas anuais do exercício de 2018 do Prefeito deste Município, Sr. Ramon Wollinger.

**2.** Recomenda ao Governo Municipal de Biguaçu que:

**2.1.** adote providências quanto às irregularidades apontadas nos itens 9.1.1 a 9.1.4 e 9.2.1 da Conclusão do **Relatório DGO n. 96/2019** e evite a ocorrência de outras semelhantes;

**2.2.** efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais, bem como observe no Portal de Transparência as informações constantes no item IV.4.1 do Relatório do Relator;

**2.3.** atente para a necessidade de contribuir no processo de implementação da Agenda 2030, adotando medidas efetivas para o mapeamento e a vinculação dos programas governamentais contidos nas leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) às metas dos ODS, observando os indicadores já disponibilizados pelo Instituto de Pesquisas de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), bem como as diretrizes orientativas dispostas no “Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros” elaborado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) - item IV.3.1 do Relatório do Relator;

**2.4.** adote providências tendentes a garantir o alcance da meta estabelecida para o atendimento em creche, observado o disposto no Plano Municipal de Educação e na parte final da Meta 1 da Lei n. 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE) - itens 8.2.2 do Relatório DGO e IV.3.4 do Relatório do Relator);

**2.5.** garanta o atendimento integral na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade, em cumprimento ao art. 208, I, da Constituição Federal e à parte inicial da Meta 1 da Lei n. 13.005/2014 (itens 8.2.3 do Relatório DGO e IV.3.4 do Relatório do Relator);

**2.6.** formule os instrumentos de planejamento e orçamento público competentes – o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e com o Plano Municipal de Educação (PME), a fim de viabilizar sua plena execução e cumprir o preconizado no art. 10 da Lei n. 13.005/2014 (itens 8.2 do Relatório DGO e IV.3.4 do Relatório do Relator);

**2.7.** execute as despesas vinculadas aos programas de atendimento ao idoso por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, nos termos definidos na Lei n. 3.636/2016 (item IV.4.2 do Relatório do Relator).

**3.** Recomenda ao Órgão Central de Controle Interno que:

**3.1.** atente para o cumprimento do inciso X do Anexo II da Instrução Normativa n. TC-20/2015 (Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno), incluindo no relatório que

acompanha a prestação de contas do Prefeito, nos termos do art. 8º da mesma Instrução Normativa, a análise do cumprimento do limite mínimo de 95% dos recursos oriundos do Fundeb (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (art. 21 da Lei n. 11.494/07);

3.2. adote providências junto ao Setor Contábil do Município para a correção na contabilidade atual da irregularidade na Compensação Previdenciária ocorrida em exercícios anteriores.

4. Recomenda aos Conselhos Municipais que façam constar, nos pareceres, informações que os fundamentem, em especial sobre o volume de recursos aplicados; as principais ações executadas ou não realizadas; os problemas detectados; assim como as boas práticas implementadas nas respectivas áreas de atuação de cada conselho (item IV.4.2 do Relatório do Relator).

5. Recomenda ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa que realize a análise de todos os recursos aplicados pelo município em programas destinados ao atendimento da pessoa idosa (item IV.4.2 do Relatório do Relator).

6. Recomenda ao Governo Municipal de Biguaçu que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF;

7. Recomenda à egrégia Câmara Municipal que utilize as informações constantes nestes autos como instrumento para subsidiar as discussões do orçamento e do desempenho geral do Governo e dos programas governamentais, assim como para adotar, tempestivamente, as medidas legais e providências na sua esfera de competência, em especial no que se refere à implementação das políticas públicas.

8. Solicita à egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

9. Determina a ciência deste Parecer Prévio à Câmara Municipal de Biguaçu.

10. Determina a ciência deste Parecer Prévio, bem como do Relatório e Voto do Relator e do *Relatório DGO n. 96/2019* que o fundamentam, à Prefeitura Municipal de Biguaçu.

11. Determina a ciência ao Conselho Municipal de Educação, em cumprimento à Ação 9c.2 estabelecida na Portaria n. TC-0374/2018, acerca da análise do cumprimento dos limites no Ensino e FUNDEB, dos pareceres do Conselho do FUNDEB e Alimentação Escolar e do monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (itens 5.2, 6.1, 6.5 e 8.2 do Relatório DGO e IV.4.2 do Relatório do Relator).

**Ata n.:** 67/2019

**Data da sessão n.:** 30/09/2019 - Ordinária

**Especificação do quórum:** Herneus De Nadal, Wilson Rogério Wan-Dall, Cesar Filomeno Fontes, Luiz Eduardo Cherem, José Nei Alberton Ascari e Cleber Muniz Gavi (art. 86, *caput*, da LC n. 202/2000)

**Representante do Ministério Público de Contas:** Cibelly Farias



**Conselheiros-Substitutos presentes:** Gerson dos Santos Sicca e Sabrina Nunes Iocken

HERNEUS DE NADAL  
Presidente (art. 91, I, da LC n. 202/2000)

SABRINA NUNES IOCKEN  
Relatora

Fui presente: CIBELLY FARIAS  
Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas/SC